

Índice Sistemático

1. A Importância do Valor da Causa no Processo Civil	11
2. O Valor da Causa como Requisito da Petição Inicial	13
2.1. Noção de valor da causa	13
2.1.1. Fixação em moeda nacional	15
<i>Jurisprudência</i>	17
2.2. Obrigatoriedade	17
<i>Jurisprudência</i>	19
2.3. Conseqüências da não-indicação do valor da causa	19
<i>Jurisprudência</i>	21
- Falta de indicação do valor da causa. Ausência de prejuízo. Impossibilidade de extinção do processo	21
- Falta de indicação do valor da causa. Possibilidade de suprimento no curso do processo	22
- Falta de indicação do valor da causa. Intimação para emendar a inicial. Inércia do autor. Extinção do processo	22
3. Critérios para Fixação do Valor da Causa	23
3.1. Considerações gerais	23
3.2. Caráter patrimonial do valor da causa	23
<i>Jurisprudência</i>	25
- Benefício econômico pretendido	25
- Estimativa do autor. Razoabilidade	26
- Pedido genérico/ilíquido. Estimativa do autor	27
3.3. O problema das causas sem conteúdo patrimonial	30
<i>Jurisprudência</i>	32
3.3.1. Interdição	32
3.3.2. Investigação de paternidade	32
<i>Jurisprudência</i>	33
3.3.3. Separação e divórcio	33
<i>Jurisprudência</i>	34
- Valor do patrimônio a partilhar	34
- Estimativa do autor	34
3.4. Critérios previstos no Código de Processo Civil	35
3.4.1. Cobrança de dívida	35
3.4.1.1. Execução de dívida e cumprimento de sentença	36
3.4.1.2. Execução fiscal	36
3.4.1.3. Execução hipotecária	36
<i>Jurisprudência</i>	37
3.4.1.4. Declaração de inexistência de dívida	37
3.4.1.5. Indenização por dano moral	37
<i>Jurisprudência</i>	40

- Dano moral. Pedido ilíquido. Estimativa do autor	40
- Dano moral. Valor da causa. Quantum indicado pelo autor	40
- Dano moral. Valor da causa excessivo. Autor beneficiário de assistência judiciária. Redução	40
3.4.1.6. Ação monitória	43
<i>Jurisprudência</i>	43
3.4.1.7. Repetição de indébito	43
<i>Jurisprudência</i>	43
3.4.2. Pedidos cumulados	45
<i>Jurisprudência</i>	45
3.4.2.1. Litisconsórcio	45
<i>Jurisprudência</i>	46
- Soma dos valores pedidos	46
- Divisão do valor total pelo número de litisconsortes	47
- Maior valor pedido	49
3.4.2.2. Conexão	49
<i>Jurisprudência</i>	49
3.4.3. Pedidos alternativos	50
<i>Jurisprudência</i>	50
3.4.4. Pedidos subsidiários	50
3.4.5. Existência, validade, cumprimento, modificação ou rescisão do negócio jurídico	50
3.4.5.1. Ação de preferência ou preempção	51
3.4.5.2. Adjudicação de imóvel	51
<i>Jurisprudência</i>	51
3.4.5.3. Cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer	52
<i>Jurisprudência</i>	52
3.4.5.4. Cumprimento de obrigação de entregar coisa	53
3.4.5.5. Dissolução de sociedade	53
<i>Jurisprudência</i>	55
3.4.6. Alimentos	55
<i>Jurisprudência</i>	55
3.4.6.1. Revisão de alimentos	55
<i>Jurisprudência</i>	55
3.4.6.2. Execução de alimentos	55
3.4.7. Divisão, demarcação e reivindicação de imóveis	56
<i>Jurisprudência</i>	57
3.4.7.1. Imissão, manutenção e reintegração de posse e interdito proibitório	57
<i>Jurisprudência</i>	59
- Imissão de posse	59
- Manutenção de posse	61
- Reintegração de posse	62
- Interdito proibitório	63
3.4.7.2. Usucapião	63
<i>Jurisprudência</i>	64

3.4.7.3. Desapropriação	65
<i>Jurisprudência</i>	65
3.4.8. Prestações vencidas e vincendas	66
<i>Jurisprudência</i>	67
3.5. Critérios previstos em leis extravagantes	67
3.5.1. Ações locatícias	67
3.5.1.1. Consignação, despejo, renovatória e revisional	67
<i>Jurisprudência</i>	67
3.5.1.2. Retomada em caso de extinção de contrato de trabalho	68
3.6. Outros casos	68
3.6.1. Ação civil pública	68
<i>Jurisprudência</i>	68
3.6.2. Ações declaratórias	69
<i>Jurisprudência</i>	69
3.6.3. Ação direta de inconstitucionalidade, ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental .	70
3.6.4. Ação popular	71
<i>Jurisprudência</i>	72
3.6.5. Anulação e substituição de títulos ao portador	74
3.6.6. Cautelares nominadas e inominadas	74
<i>Jurisprudência</i>	75
- Arresto	75
- Arrolamento de bens	77
- atentado	79
- Busca e apreensão	79
- Caução	81
- Exibição de documentos	81
- Medida cautelar fiscal	83
- Produção antecipada de provas	84
- Cautelar inominada. Remoção de bens	84
- Seqüestro	84
- Sustação de protesto	85
3.6.7. Consignação em pagamento	87
<i>Jurisprudência</i>	88
3.6.8. Denúnciação da lide	89
3.6.9. Depósito	89
<i>Jurisprudência</i>	90
3.6.10. Embargos à arrematação e à adjudicação	90
3.6.11. Embargos à execução e impugnação ao cumprimento de sentença	90
<i>Jurisprudência</i>	91
3.6.12. Embargos de terceiro	92
<i>Jurisprudência</i>	93
3.6.13. Falência, recuperação judicial e ações correlatas	95
3.6.14. <i>Habeas corpus</i>	96
3.6.15. <i>Habeas data</i>	96

3.6.16. Homologação de sentença estrangeira	96
<i>Jurisprudência</i>	97
3.6.17. Improbidade administrativa	98
<i>Jurisprudência</i>	98
3.6.18. Insolvência	101
3.6.19. Inventário	101
<i>Jurisprudência</i>	102
3.6.20. Mandado de injunção	103
3.6.21. Mandado de segurança	103
<i>Jurisprudência</i>	104
- Benefício econômico	104
- Estimativa do impetrante	106
3.6.22. Nunciação de obra nova	107
<i>Jurisprudência</i>	107
3.6.23. Oposição	108
<i>Jurisprudência</i>	108
3.6.24. Prestação de contas	109
<i>Jurisprudência</i>	110
3.6.25. Reclamação	110
3.6.26. Reconvenção	111
3.6.27. Rescisória	111
<i>Jurisprudência</i>	111
- Valor do benefício econômico	111
- Valor da ação originária corrigido	116
4. Controle e Alteração do Valor da Causa	119
4.1. Controle de ofício pelo juiz	119
<i>Jurisprudência</i>	121
4.2. Impugnação ao valor da causa	126
4.2.1. Cabimento	126
<i>Jurisprudência</i>	126
4.2.2. Legitimidade	128
<i>Jurisprudência</i>	130
- Assistente	130
- Denunciado	130
- Fisco/Fazenda Pública	131
- Ministério Público	132
4.2.3. Natureza jurídica	132
<i>Jurisprudência</i>	132
- Condenação em honorários advocatícios	132
- Custas processuais	133
4.2.4. Procedimento	133
4.2.4.1. Rito ordinário	133
<i>Jurisprudência</i>	134
- Formulação na contestação	134
- Necessidade de indicação do valor correto	135

- Prazo para impugnar o valor da causa	137
- Falta de apreciação do incidente	137
- Julgamento na sentença	138
- Perícia	138
4.2.4.2. Rito sumário	143
4.2.4.3. Execução fiscal	144
<i>Jurisprudência</i>	144
4.2.4.4. Juizados especiais cíveis	144
4.2.5. Recursos	144
<i>Jurisprudência</i>	146
- Agravo retido	146
- Agravo de instrumento ou retido	147
- Conversão de agravo de instrumento em retido	148
- Agravo de instrumento	149
- Apelação	149
4.2.6. Eficácia da decisão	150
5. Valor da Causa e Custas Judiciais	151
5.1. Valor da causa como base de cálculo das custas judiciais	151
<i>Jurisprudência</i>	153
- Preparo. Incidência sobre o valor da causa	153
- Preparo. Incidência sobre o valor do benefício econômico	153
- Preparo. Incidência sobre o valor da condenação	155
5.2. A questão da inconstitucionalidade da base de cálculo: valor da causa x custo do serviço	155
<i>Jurisprudência</i>	159
5.3. Alteração do valor da causa e dever de complementação das custas <i>Jurisprudência</i>	162
6. Valor da Causa e Competência	166
6.1. Competência <i>ratione valori</i>	166
6.2. Natureza da competência	166
6.2.1. Competência relativa	166
<i>Jurisprudência</i>	168
6.2.2. Competência absoluta	168
<i>Jurisprudência</i>	170
- Foro central x foros regionais	170
- Juizado especial federal	171
6.3. Controle da competência pelo juiz e pelas partes	172
7. Valor da Causa e Procedimento	173
7.1. Procedimento comum x procedimentos especiais	173
7.2. Juizados especiais	173
7.2.1. Juizados especiais cíveis	173
7.2.2. Juizados especiais federais	174
7.3. Procedimento comum ordinário x procedimento sumário	175

<i>Jurisprudência</i>	177
7.4. Inventário x arrolamento	177
8. Valor da Causa e Recursos	178
8.1. No Código de Processo Civil	178
8.1.1. Reexame necessário	179
<i>Jurisprudência</i>	180
8.2. Em leis extravagantes	182
8.2.1. Execução fiscal	182
9. Valor da Causa e Sanções Processuais	183
9.1. Considerações gerais	183
9.2. Litigância de má-fé	184
<i>Jurisprudência</i>	185
9.3. Atos atentatórios à dignidade da justiça (<i>contempt of court</i>)	186
9.3.1. Descumprimento de provimento mandamental e criação de emba- raços à efetivação de provimentos de natureza antecipatória ou final ...	186
9.3.2. Falta de apresentação do laudo pelo perito no prazo assinado sem motivo legítimo	187
9.3.3. Interposição de embargos de declaração protelatórios ou de agra- vo interno manifestamente inadmissível ou infundado	187
9.4. Multa na ação rescisória	188
10. Valor da Causa e Honorários Advocatícios	190
10.1. As regras dos parágrafos 3º e 4º do artigo 20 do CPC (existência ou não de condenação)	190
10.2. Inexistência de condenação e a utilização do valor da causa como critério de fixação dos honorários	190
<i>Jurisprudência</i>	193
10.3. Reforma de decisão condenatória e base de cálculo dos honorários <i>Jurisprudência</i>	194
10.4. Honorários de sucumbência e capítulos de sentença	200
Índice Alfabético	201
Bibliografia	203